

Estudo Técnico Preliminar 30/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 59004.000489/2023-27

2. Objeto

2.1. Serviço de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do FNO.

2.2. Tal serviço caracteriza-se como "bens e serviços especiais", nos termos do art. 6º, XIV, considerando que os seus padrões de desempenho e qualidade são de difícil mensuração, não podendo ser descritos de forma objetiva em edital, uma vez que as questões norteadoras dos estudos de avaliação, propostos no Plano de Trabalho, permitem diferentes abordagens metodológicas para a sua consecução, de modo que, para além do preço, a proposta de trabalho e a abordagem técnica e metodológica deverão constituir aspectos a serem avaliados e ponderados durante a licitação, com o objetivo de se obter o melhor resultado possível face aos objetivos pretendidos.

2.3. Desse modo, entende-se, salvo melhor juízo, o critério de julgamento de técnica e preço como o mais adequado, na forma de avaliação das propostas que será definida em Termo de Referência.

3. Descrição da necessidade

3.1. O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, foi instituído pelo artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, que em seu artigo 20, §6º, prevê a contratação pela SUDAM e pagamento pelo BASA, de atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do Fundo.

3.2. O citado dispositivo foi normatizado pela Portaria Interministerial ME/MDR nº 4.905/2022, que prevê o desenvolvimento de atividades de avaliação em ciclos avaliativos de dois anos, sendo o primeiro ciclo referente aos anos de 2023 e 2024.

3.3. A avaliação dos impactos gerados a partir da aplicação dos recursos do FNO é necessária para validar a importância desse instrumento de política pública que já possui mais de 30 anos, bem como corrigir possíveis desvios e implementar medidas de ajuste que tornem as aplicações mais eficientes, eficazes e efetivas visando o desenvolvimento econômico e a melhoria do bem estar dos cidadãos da Região Norte.

3.4. Desse modo, para dar cumprimento às disposições da Portaria Interministerial ME/MDR nº 4.905/2022, a SUDAM necessita contratar instituição, empresa ou profissional técnico especializado que seja capaz de realizar os projetos de avaliação que constituem o Plano de Trabalho definido para o primeiro ciclo avaliativo 2023-2024.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CGAVI	Sérgio Felipe Melo da Silva

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. A contratação deve observar os seguintes requisitos:

- O serviço de avaliação deverá tomar como base o Plano de Trabalho para o 1º ciclo avaliativo dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do FNO, elaborado pela SUDAM em cumprimento à Portaria Interministerial ME /MDR nº 4.905/2022, o qual foi ratificado pelos Ministérios do Desenvolvimento Regional e da Economia;
- Os projetos de avaliação deverão ser contratados junto a instituição, empresa ou profissional técnico especializados e com experiência para realização dos projetos;
- Os profissionais responsáveis pela execução da avaliação deverão comprovar experiência na área de avaliação de política pública e titulação acadêmica compatível com a avaliação a ser contratada;
- A contratação do projeto de avaliação deverá prever a disponibilização de todas as informações necessárias à sua reprodução, inclusive o fornecimento dos códigos da programação, da memória de cálculo e do tratamento aplicado à base de dados, respeitada a legislação em vigor sobre a privacidade dos dados;
- Englobar a transferência de conhecimentos à SUDAM relativos à metodologia, aos metadados utilizados e aos resultados da avaliação;
- As empresas, instituições ou profissionais contratados, bem como seus colaboradores e quaisquer pessoas que estejam envolvidas no manuseio e armazenamento de informações sigilosas, deverão observar e manter o sigilo de tais informações e utilizá-las unicamente para a consecução do projeto de avaliação objeto da contratação;
- Os pagamentos serão realizados pelo Banco da Amazônia S.A., enquanto banco administrador do FNO, utilizando o montante de recursos de que trata o § 6º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989;
- A entrega dos resultados finais dos projetos de avaliação deverá ocorrer antes do final do primeiro semestre de 2024, de modo a garantir que tais resultados possam subsidiar o ciclo avaliativo seguinte e a PNDR no que se refere ao FNO;
- Deverá observar as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos estabelecidas na legislação federal.

5.2. Considerando que o objeto possui natureza de serviço intelectual, com vistas à elaboração de pesquisa/estudo de avaliação de política pública, entendeu-se como desnecessária a previsão de critérios e práticas de sustentabilidade pela contratada.

6. Levantamento de Mercado

6.1. A Portaria Interministerial ME/MDR nº 4.905/2022 determina expressamente a observância das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos estabelecidas na legislação federal. Dessa forma, a solução viável será a contratação de empresa, instituição ou profissionais por meio de licitação.

6.2. O serviço de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do FNO requer estrutura de capital humano com elevado know-how e excelência, bem como comprovada experiência na realização de projetos na área de avaliação de política pública.

6.3. A nível nacional, as instituições, empresas ou profissionais que preenchem tais requisitos não são em grande número, considerando que o assunto avaliação de políticas públicas é complexo e relativamente recente.

6.4. Ademais, a consecução do objeto desta contratação torna-se especialmente complexa, considerando que o FNO possui um arcabouço normativo denso e em constante mudança, bem como os dados referentes às contratações são extensos haja vista a elevada capilaridade do Fundo na Região Norte.

6.5. Visando subsidiar a estimativa do valor para a contratação do serviço de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do FNO, foram utilizados os seguintes parâmetros constantes da Resolução Dicol nº 05, de 30 de junho de 2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021:

I – Consultas aos Sistema Painel de Preços do governo e ao site Fonte de preços, que não trouxeram resultados compatíveis com a especificidade do serviço objeto da contratação em tela, seja porque não eram similares ou porque, embora guardassem uma certa similaridade, eram bem menos complexas que o objeto pretendido;

II – Contratações similares feitas pela Administração pública em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços: foram consultados o Portal Transparência, Compras Governamentais e Fonte de Preços, porém sem se conseguir correlacionar (em escopo e complexidade) as contratações pesquisadas com objeto desta contratação no tempo especificado;

III – Pesquisa em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo no intervalo de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, mas que também não retornaram resultados compatíveis com os critérios necessários à contratação;

IV – Pesquisa direta com possíveis fornecedores identificados a partir de contratações anteriores realizadas pela SUDAM, que também envolveram estudos técnicos especializados de natureza intelectual, embora com objeto distinto, bem como a partir de processo licitatório em curso realizado pelo Banco da Amazônia (pregão fracassado) com objeto muito similar. Os fornecedores selecionados estão descritos abaixo:

1. Pezco Consultoria Editora e Desenvolvimento Ltda.

CNPJ: 10.245.612/0001-06

Endereço: Rua Bela Cintra, 1200, Consolação, São Paulo, SP, CEP: 01.415-002 Telefone: (11) 3582-5509

E-mail: vorliceck@bighost.com.br / economics@pezco.com.br

1. Athenah Desenvolvimento Humano Organizacional

CNPJ:

Endereço: SHIS QI 5, Bloco D, Ed. Hangar 5 - Sala 10, Lago Sul, Brasília/DF, CEP: 71.615-485

Telefone: (61) 3246-4460 / (61) 99555-5661

E-mail: denise.carvalho@athenahconsultoria.com

1. Instituto PUBLIX para o Desenvolvimento da Gestão Pública S/S Ltda

CNPJ: 04.907.402/0001-25

Endereço completo: SIG QUADRA 1, LOTE 985, SALA 130 CENTRO EMPRESARIAL PARQUE BRASÍLIA – CEP: 70610- 410, ZONA INDUSTRIAL, BRASÍLIA/DF

Telefone: 61 3262-8250/ 61 98401-8579

1. Urbana Consultoria em Desenvolvimento Econômico e Social Ltda.

CNPJ: 07.699.569/0001-36

Endereço: Rua Santa Cruz 1021, APT 32 Bloco C, Vila Mariana, São Paulo, CEP: 04.121-900 Telefone: (11) 93744-2797 / (11) 9473-1378

E-mail: urbana@urbanaconsultoria.com.br / manoeelvictor@urbanaconsultoria.com.br

5. Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC

CNPJ: 37.116.704/0001-34

Endereço: Av. L3 Norte - Ed. Finatec, Asa Norte - Brasília-DF, CEP: 70910-900, Caixa Postal – 4365, Campus Darcy Ribeiro 10/2023

Telefone: (61) 3348-0400

E-mail: projetosdepesquisa@finatec.org.br / finatec@finatec.org.br

1. Rede Brasileira de Certificação, Pesquisa e Inovação –RBCIP

CNPJ: 35.847.316/0001-06

Endereço: SHIN CA 11 LOTE 5, Edifício Le Office - Salas 206 a 210 - BLOCO B, Lago Norte, Brasília – DF, CEP: 71.503-511

Telefone: (61) 3039-7776

E-mail: contato@rbcip.org

1. Fundação Instituto De Pesquisas Econômicas - Fipe

CNPJ: 43.942.358/0001-46 Endereço: Av. Corifeu de Azevedo Marques, 5677 - Vila São Francisco, São Paulo / São Paulo

Telefone: (11) 3767-1700

E-mail: fipe@fipe.org.br / mhzockun@fipe.org.br / boliva@fipe.org.br

1. Econsult Environmental Consulting Ltda

CNPJ: 22.684.967.0001/72;

Endereço: Rua Dr. Bezerra de Menezes, nº 356, bairro Coroa do Meio, Aracaju/SE, CEP: 49.035-240;

Telefone: (79) 3013-6757 ou (79) 9 9177-8679;

e-mail: rivianevalenca@econsultgroup.com.br

1. S. MEDEIROS & MORAIS LTDA.

Sede: Londrina/PR

CNPJ/MF: 05.823.127/0001-24

Telefone: (43)3024-1006

Endereço Completo: Av. Ayrton Senna da Silva, nº1055, sala 1107, Bairro Gleba Fazenda Palhano, Londrina, Paraná, CEP: 86.050-460

E-mail: contato@megaqualitybrasil.com.br

1. Fundação João Pinheiro

CNPJ: 17.464.652/0001-80

Endereço: Alameda das Acácias, 70 - São Luiz CEP: 31.275-150 | Belo Horizonte/MG
Telefone: (31) 3448-9711

E-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br / carolina.imura@fjp.mg.gov.br

1. Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins - Fapto

CNPJ: 06.343.763/0001-11

Endereço: Orla 14 - Praia da Graciosa, Av. Parque, QI 04, Lote 03, CEP: 77.026-035
Telefone: (63) 3232-8709/ (63) 3232-8710

E-mail: negocios@fapto.org.br

6.6. Além destes, algumas Universidades seriam consultadas também, mas, considerando as especificidades da contratação (licitação por técnica e preço e pagamentos com recursos financeiros do FNO), identificou-se que não poderiam participar do certame, exceto algumas, indiretamente, por meio de suas respectivas Fundações de apoio (ex: Fapto).

6.7. Ao se considerar a amostra de fornecedores como satisfatória, partiu-se então à elaboração da estimativa do valor da contratação (item 9 deste ETP), com base na Instrução

Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 e na Resolução Dicol nº 05, de 30 de junho de 2021.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução escolhida não exigirá manutenção e assistência técnica.

7.2. A solução será composta por dois projetos:

7.2.1 - Projeto de Avaliação I - Avaliação de Impacto Econômico e Social do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte nos setores agropecuário, indústria e serviços no Estado do Tocantins.

Objetivo geral: Pretende-se avaliar os impactos do FNO a partir de variáveis econômicas como PIB, PIB per capita, e emprego e variáveis sociais como IDH e outros indicadores de pobreza apresentadas de forma setorializada e em diversas escalas territoriais, sejam elas: estadual, microrregional e municipal.

Produto 1 - Avaliação analítica descritiva da alocação dos recursos do FNO no Estado do Tocantins;

Produto 2 - Avaliação de Impacto Econômico e Social das aplicações do FNO, nos setores agropecuário, industrial e de serviços;

Produto 3 – Avaliação qualitativa do FNO nos setores agropecuário, industrial e de serviços;

Produto 4 – Workshop.

7.2.2 Projeto de Avaliação II - Avaliação da Eficiência, eficácia, efetividade e retorno econômico e social da aplicação dos recursos do FNO, no setor agropecuário para os Estados do Pará, Rondônia e Acre.

Objetivo geral: Avaliar a eficiência, eficácia e efetividade e retorno econômico e social decorrentes da aplicação de recursos do FNO, para o setor agropecuário, nos Estados do Acre, Pará e Rondônia.

Produto 1 – Elaboração de referencial teórico sobre políticas regionais e o diagnóstico socioeconômico dos Estados do Acre, Pará e Rondônia;

Produto 2 - Avaliação da eficiência econômica da aplicação dos recursos do FNO no setor agropecuário, para os Estados do Acre, Pará e Rondônia;

Produto 3 - Avaliar a eficácia da aplicação dos recursos do FNO sobre o desenvolvimento setor agropecuário para os Estados do Acre, Pará e Rondônia;

Produto 4 - Avaliar a efetividade da aplicação dos recursos do FNO no setor agropecuário para os Estados do Acre, Pará e Rondônia;

Produto 5 – Workshop.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. Devido à natureza do serviço, a quantidade a ser contratada é de dois projetos de avaliação:

Projeto de Avaliação I

Produto 1 - Avaliação analítica-descritiva da alocação dos recursos do FNO no Estado do Tocantins

Relatório parcial 1 - Relatório contendo uma revisão da literatura sobre: i) o contexto geral do planejamento das políticas com direcionamento espacial de recursos como forma de estimular a economia regional para o caso brasileiro; e ii) o papel do FNO para o caso específico do Estado do Tocantins, um espaço que se tornou, nas últimas décadas, uma fronteira de expansão do capital, particularmente nos setores agropecuário, industrial e de serviços.

Relatório parcial 2 - Relatório contendo: i) uma análise descritiva do desempenho do FNO no Estado do Tocantins; e ii) estratificação das aplicações do FNO no Estado do Tocantins, por setor da atividade econômica, divisão territorial e tipologias da PNDR;

Relatório final - Relatório contendo uma síntese dos relatórios parciais, buscando apresentar, com base nos resultados obtidos, respostas às seguintes questões de avaliação: i) a distribuição espacial dos recursos do FNO está aderente às prioridades setoriais e espaciais dos mecanismos de planejamento do FNO? Entende-se como mecanismos de planejamento: Diretrizes e Orientações gerais; Diretrizes e Prioridades; PNDR; PRDA; e ii) sugestões de propostas de intervenção nos mecanismos de planejamento, com a finalidade de potencializar seus resultados, considerando os setores pesquisados;

Produto 2 - Avaliação de Impacto Econômico e Social das aplicações do FNO nos setores agropecuário, industrial e de serviços

Relatório parcial 1 - Relatório contendo a descrição da metodologia a ser utilizada para mensuração de impacto da aplicação dos recursos do FNO, nos setores agropecuário, industrial e de serviços, com a definição das variáveis que estejam correlacionadas e a definição de grupo de tratamento e de controle ou contrafactual.

Relatório parcial 2 - Relatório contendo os resultados da avaliação de impacto das aplicações do FNO, nos setores agropecuário, industrial e de serviços sobre o desempenho das empresas tomadoras, em relação ao PIB, PIB Per capita, número de empregos gerados, remuneração dos trabalhadores e, variáveis sociais como IDH e outros indicadores de pobreza. A partir dos resultados, buscar também inferir sobre as atividades econômicas que apresentaram os melhores desempenhos em relação às aplicações dos recursos do FNO.

Relatório final - Relatório contendo uma síntese das avaliações parciais, buscando apresentar, com base nos resultados obtidos, respostas às seguintes questões de avaliação: i) o FNO tem sido eficaz e eficiente no crescimento dos setores agropecuário, industrial e de serviços no TO?; ii) qual o impacto dos setores beneficiados sobre o desenvolvimento do Tocantins?; e iii) sugestões de aprimoramentos na alocação dos recursos, visando maximizar os impactos e contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento regional.

Produto 3 - Avaliação qualitativa do FNO nos setores agropecuário, industrial e de serviços.

Relatório parcial 1 - Relatório contendo a descrição da metodologia a ser utilizada, a seleção dos entrevistados, as perguntas dos questionários a serem realizadas envolvendo temas como características dos financiamentos, a distribuição regional, setorial e municipal dos recursos, os processos e procedimentos para a concessão de empréstimos, inadimplência e a relação com as demais instituições envolvidas na execução do FNO no Tocantins, motivações para tomada de empréstimos, decisões locacionais, entraves e problemas para o desenvolvimento dos negócios, fornecedores, mercados consumidores e de insumos, instrumentos de apoio à atração de estaduais, regionais e municipais que se relacionem ou impactem a distribuição dos recursos do FNO, dentre outras.

Relatório parcial 2 - Relatório contendo os resultados da avaliação qualitativa do FNO, com demonstração das ideias centrais coletadas para cada um dos temas questionados.

Relatório final - Relatório contendo uma síntese das avaliações parciais, buscando apresentar, com base nos resultados obtidos, respostas às seguintes questões de avaliação: i) qual a percepção dos tomadores de crédito após o acesso aos recursos do FNO? ii) qual a percepção sobre a melhoria de vida após a tomada de crédito pelo FNO? iii) sugestões de aprimoramentos na alocação dos recursos, visando maximizar os impactos e contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento regional.

Workshop virtual para a transferência de conhecimento das rotinas de programação implementadas em software estatístico relativas à estruturação das bases de dados, análise descritiva dos dados e aplicação dos métodos de avaliação utilizados durante todo o trabalho.

Projeto de Avaliação II

Produto 1 – Elaboração de referencial teórico sobre políticas regionais e o diagnóstico socioeconômico dos Estados do Acre, Pará e Rondônia.

Relatório parcial 1 - Relatório contendo uma revisão da literatura sobre políticas regionais como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico local e de redução das desigualdades regionais, com ênfase em fundos de financiamento como instrumentos para o desenvolvimento produtivo, com exaustiva revisão de literatura econômica nacional e internacional acerca dos efeitos do crédito subsidiado sobre a agropecuária.

Relatório parcial 2 - Relatório contendo um diagnóstico socioeconômico dos Estados do Acre, Pará e Rondônia, considerando pelo menos os últimos 5 anos, com recortes municipal, meso e micro-regional, estadual e regional. Deve-se procurar estabelecer os motivos que levaram à forte expansão do setor agropecuário observada nos últimos anos.

Relatório final - Relatório contendo uma síntese dos relatórios parciais, buscando apresentar, com base nos resultados obtidos, respostas às seguintes questões: i) para regiões com características semelhantes aos Estados do Acre, Pará e Rondônia, o que a literatura mostra como experiências exitosas? ii) quais os motivos que levaram o setor agropecuário a ter forte expansão nos Estados do Acre, Pará e Rondônia nos 5 últimos anos? iii) quais aprendizados e sugestões se obtêm a partir da literatura?

Produto 2 – Avaliação da Eficiência econômica da aplicação dos recursos do FNO no setor agropecuário, para os Estados do Acre, Pará e Rondônia.

Relatório parcial 1 - Relatório contendo a revisão das principais metodologias utilizadas para a avaliação da eficiência econômica de políticas públicas, as formas de mensuração da eficiência

econômica técnica e alocativa e qual a metodologia que melhor se enquadra no cenário do FNO, para o setor agropecuário. Deve ser demonstrado o painel de dados que será utilizado para a avaliação.

Relatório parcial 2 - Relatório com a análise dos resultados encontrados, mensurando a eficiência econômica do FNO, sob a ótica técnica e alocativa dos recursos, para o setor agropecuário, nos Estados do Acre, Pará e Rondônia.

Relatório final - Relatório apresentando as conclusões e respostas às seguintes questões: i) a aplicação dos recursos do FNO foi eficiente nesses Estados para o setor agropecuário, considerando aspectos técnicos e alocativos? ii) em quais Estados e por quais motivos a aplicação de recursos do FNO foi mais eficiente, em termos econômicos, no setor agropecuário?; iii) comparado com outras políticas públicas de fomento, o FNO apresenta boa eficiência? e; iv) sugestões de aprimoramentos na alocação eficiente dos recursos FNO, visando maximizar os resultados.

Produto 3 – Avaliar a eficácia da aplicação dos recursos do FNO sobre o desenvolvimento do setor agropecuário para os Estados do Acre, Pará e Rondônia.

Relatório parcial 1 - Relatório contendo a revisão das principais metodologias utilizadas para a avaliação da eficácia de políticas públicas, as formas de estimação de efeitos da concessão de crédito com recursos do FNO sobre o emprego, renda e outros indicadores que se mostrarem pertinentes. Demonstrar qual metodologia que melhor se enquadra no cenário do FNO, para o setor agropecuário. Deve ser demonstrado o painel de dados que será utilizado para a avaliação.

Relatório parcial 2 - Relatório com a análise dos resultados encontrados, mensurando a eficácia do FNO, sob a ótica da geração de renda, emprego e outros indicadores relevantes, para o setor agropecuário, nos Estados do Acre, Pará e Rondônia.

Relatório final - Relatório apresentando as conclusões e respostas às seguintes questões: i) a aplicação dos recursos do FNO para o setor agropecuário foi eficaz nesses Estados, principalmente sob a ótica da geração de renda e emprego? ii) em quais Estados e por quais motivos a aplicação de recursos do FNO foi mais eficaz no setor agropecuário?; iii) comparado com outras políticas públicas de fomento, o FNO apresenta boa eficácia? e; iv) sugestões de aprimoramentos na alocação eficaz dos recursos FNO, visando maximizar os resultados.

Produto 4 - Avaliar a efetividade da aplicação dos recursos do FNO no setor agropecuário para os Estados do Acre, Pará e Rondônia.

Relatório parcial 1 - Relatório contendo a revisão das principais metodologias utilizadas para a avaliação da efetividade de políticas públicas, os possíveis efeitos de longo prazo esperados na geração de emprego, renda e investimentos com a concessão de crédito subsidiado para o setor produtivo, em especial para o setor agropecuário. Demonstrar qual metodologia que melhor se enquadra no cenário do FNO, para o setor agropecuário. Deve ser demonstrado o painel de dados que será utilizado para a avaliação.

Relatório parcial 2 - Relatório com a análise dos resultados encontrados, mensurando a efetividade do FNO, ao longo do tempo, na elevação da renda, nível de emprego e investimentos, para o setor agropecuário, nos Estados do Acre, Pará e Rondônia.

Relatório final - Relatório apresentando as conclusões e respostas às seguintes questões: i) a aplicação dos recursos do FNO para o setor agropecuário foi efetiva em gerar efeitos de longo prazo na geração de renda, emprego e investimento nos Estados analisados? ii) em quais

Estados a aplicação de recursos do FNO foi mais efetiva no setor agropecuário e por quais motivos?; iii) comparado com outras políticas públicas de fomento, o FNO apresenta boa efetividade? e; iv) sugestões de aprimoramentos para aumentar a efetividade dos recursos FNO, visando maximizar os efeitos de longo prazo na geração de renda, emprego e investimentos nesses Estados.

Workshop virtual para a transferência de conhecimento das rotinas de programação implementadas em software estatístico relativas à estruturação das bases de dados, análise descritiva dos dados e aplicação dos métodos de avaliação utilizados durante todo o trabalho.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 924.597,00

9.1. Para a obtenção do valor estimado do objeto, foram enviadas solicitações de propostas aos potenciais fornecedores listados no item 6 deste ETP.

9.2. Todos os documentos elaborados/gerados durante o processo de solicitação de propostas foram anexados ao processo 59004.000489/2023-27.

9.3. Embora a solicitação de propostas formal de preços, considerando o Plano de Trabalho aprovado, tenha sido encaminhada a 11 instituições/empresas, apenas quatro responderam dentro do prazo estipulado (15 dias), sendo elas: Fundação Instituto De Pesquisas Econômicas – Fipe; Rede Brasileira de Certificação, Pesquisa e Inovação –RBCIP; Urbana Consultoria em Desenvolvimento Econômico e Social Ltda; e Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins - Fapto.

9.4. O quadro abaixo elenca os valores apresentados nas cotações, bem como a memória de cálculo indicando a mediana e a média, sendo utilizada esta última como valor de referência, considerando-se a homogeneidade da amostra (coeficiente de variação inferior a 25%):

PREÇO DE REFERÊNCIA PROPOSTAS APRESENTADAS		
Nº	FORNECEDOR	VALOR (R\$)
1	FIPE	1.070.000,00
2	RBCIP	773.388,00
3	URBANA	1.105.000,00
4	FAPTO	750.000,00
MÉDIA		924.597,00
MEDIANA		921.694,00
DESVIO PADRÃO		188.887,58
CV		20,43

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Embora o objeto da contratação seja composto por dois projetos de avaliação, que poderiam ser executados de maneira independente por contratadas distintas, não se recomenda o parcelamento da solução considerando os seguintes argumentos:

10.2. Haverá ganhos de escala durante a elaboração dos Relatórios Parciais, considerando que, para ambos os projetos de avaliação, o referencial teórico, a bibliografia base, bem como o arcabouço normativo do FNO (Leis, Resoluções, Portarias, documentos gerenciais do BASA) serão coincidentes, de modo que a execução por uma única contratada será mais eficiente;

10.3. A contratação independente de cada projeto de avaliação acarretaria mais dificuldades à equipe da SUDAM no que concerne à gestão e fiscalização dos contratos. Mais eficiente será o acompanhamento e monitoramento de uma única contratada do que duas.

10.4. Os pagamentos pelos serviços contratados serão efetuados de forma parcelada (quatro parcelas de 25%), mediante a entrega de cada produto (relatórios e workshop) previstos no cronograma, conforme a seguir.

C R O N O G R A M A

PRODUTOS	PREVISÃO PARA ENTREGA DOS RESULTADOS
Relatório Parcial I (referencial teórico e avaliação da eficiência, eficácia e efetividade do FNO).	Quatro meses após a assinatura do instrumento de formalização da contratação da instituição ou empresa.
Relatório Parcial II (diagnóstico e avaliação da eficiência, eficácia e efetividade do FNO).	Oito meses após a assinatura do instrumento de formalização da contratação da instituição ou empresa.
Relatório Finais (referencial teórico e de diagnóstico e avaliação da eficiência, eficácia e efetividade do FNO).	Doze meses após a assinatura do instrumento de formalização da contratação da instituição ou empresa.
Workshop	Duração de uma semana aos a entrega dos relatórios

10A SUDAM encaminhará ao Banco da Amazônia as solicitações de pagamentos dos serviços de atividades de avaliação, juntamente com atesto de recebimento dos serviços e as notas fiscais emitidas pelo contratado.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A contratação foi incluída no plano de contratações anual da Sudam referente a 2023, por meio do DFD 64/2023, considerando a necessidade de atendimento à Portaria Interministerial ME/MDR nº 4.905/2022.

12.2. No que se refere ao Planejamento Estratégico Institucional 2021-2024 da SUDAM, a contratação está alinhada com os seguintes objetivos estratégicos: "Aperfeiçoar o sistema de avaliação dos instrumentos da SUDAM"; e "Otimizar a gestão dos recursos com foco na efetividade do gasto público".

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Projeto de Avaliação I

- Mapeamento da distribuição espacial dos recursos do FNO no TO e verificação da aderência às prioridades setoriais e espaciais dos mecanismos de planejamento do Fundo;
- Aferição da eficácia e eficiência dos recursos do FNO em aplicações nos setores agropecuário, industrial e de serviços no TO;
- Mensuração do impacto dos setores beneficiados pelo FNO sobre o desenvolvimento do TO;
- Identificação da percepção dos tomadores de recursos do FNO após o acesso ao crédito;
- Identificação de possíveis aprimoramentos na alocação dos recursos, visando maximizar os impactos e contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento regional;
- Transferência de conhecimento à SUDAM.

Projeto de Avaliação II

- Revisão da literatura sobre políticas regionais como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico local e de redução das desigualdades regionais, com ênfase em fundos de financiamento;
- Realização de um diagnóstico socioeconômico dos Estados do Acre, Pará e Rondônia com recortes municipal, meso e micro-regional, estadual e regional;
- Identificação de boas práticas de políticas de desenvolvimento regional para regiões com características semelhantes aos Estados do Acre, Pará e Rondônia;
- Identificação dos motivos que levaram o setor agropecuário a ter forte expansão nos Estados do Acre, Pará e Rondônia;
- Aferição da eficácia, eficiência e efetividade dos recursos do FNO nos Estados do Acre, Pará e Rondônia para o setor agropecuário;
- Identificação de possíveis aprimoramentos na alocação dos recursos, visando maximizar a eficácia, eficiência e efetividade dos recursos do FNO nos Estados do Acre, Pará e Rondônia;
- Transferência de conhecimento à SUDAM.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Antes da efetivação da contratação, recomenda-se consulta ao Banco da Amazônia a fim de verificar se o cronograma de pagamentos previsto se adequa às disponibilidades financeiras do recurso do FNO de que trata o § 6º, do art. 20, da Lei nº 7.827/89;

14.2. Após a efetivação da contratação, o Banco da Amazônia deverá disponibilizar à SUDAM os dados históricos necessários para a elaboração dos projetos de avaliação, que se encarregará de disponibilizá-los à instituição/empresa contratada, respeitando o sigilo previsto na Lei Complementar nº 105/2001.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Não se aplica considerando que o objeto refere-se à serviço de natureza eminentemente intelectual.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Após a Análise de ETP consideramos viável a execução do projeto

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SERGIO FELIPE MELO DA SILVA

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 15/09/2023 às 09:35:53.

RODRIGO PORTUGAL DA COSTA

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 15/09/2023 às 09:54:59.

NAARA JAYZE DE SOUZA SOARES

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 15/09/2023 às 09:37:06.

ADMILSON FERNANDO DE OLIVEIRA MONTEIRO

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 15/09/2023 às 09:33:51.

